

## MEMÓRIA HISTÓRICA DO MOVIMENTO OPERÁRIO NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR: A CONTRIBUIÇÃO DA COMISSÃO DA VERDADE

Francisco Ernande Arcanjo Silva<sup>618</sup>

### RESUMO

A Pesquisa nasceu da inquietação em perceber que o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade, no que tange a violação dos direitos humanos contra os trabalhadores de 1946 a 1988, ainda é pouco abordado no meio acadêmico e pelos movimentos sociais. Inclusive, as organizações operárias ainda não se apropriaram do Material. Pergunta-se que contribuição o trabalho da CNV acerca da violação dos direitos contra os trabalhadores poderá trazer a atual organização operária na perspectiva da luta de classes? A hipótese é que, por contribuir com a recuperação da memória e da verdade sobre as violações cometidas pelo Estado contra o operariado, o Relatório poderá servir de estímulo as novas lutas por parte da classe trabalhadora. Objetiva-se analisar o trabalho final da CNV que trata desta questão a luz da dialética marxista. Uma abordagem qualitativa é utilizada, tendo um caminho bibliográfico que perpassa três seções: A gênese da classe trabalhadora na Inglaterra em Engels, a formação da organização operária no Brasil enquanto classe com a ajuda de Mattos e, através do método histórica-dialético, analisa-se elementos do segundo volume do Relatório Final da CNV.

**Palavras-chave:** Ditadura. Trabalho. Classe. Memória.

### 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada “Memória histórica do movimento operário no contexto da Ditadura Militar: A contribuição da Comissão da Verdade” nasceu da inquietação em perceber que o documento da Comissão da Verdade, que trata da repressão sofrida pelos trabalhadores e suas organizações, poderá servir de estímulo a atual luta dos trabalhadores e trabalhadoras frente a supressão de seus direitos mínimos. A Comissão Nacional da Verdade, proposto no Governo Lula e implantada com a gestão de Dilma, apresentou em 2012, no resultado do seu trabalho, um rico material relacionado a violação de direitos sofrida pelos trabalhadores e seu movimento durante a Ditadura.

Todavia, ainda, há pouca abordagem no meio acadêmico e pouca apropriação pelos movimentos sociais, inclusive os trabalhadores, sobre este documento alusivo a questão operária e, embora haja muitas produções no meio literário, audiovisual e científico no tocante ao tema, muitas das produções científicas tendem a se focar nos enfrentamentos personalizados como se estes não fossem parte da luta classes. Diante disto pergunta-se: Que contribuição a Comissão da Verdade poderá trazer a luta dos trabalhadores atuais enquanto memória e verdade histórica acerca luta da classe operária no contexto da Ditadura Militar?

A Comissão da Verdade foi responsável em realizar o primeiro trabalho de pesquisa, com tamanha ênfase, no âmbito estatal, sobre as repressões contra as mais diferentes categorias da sociedade civil. No que tange ao resultado da Pesquisa acerca dos trabalhadores, a CV apresentou um resultado que evidência a luta de classes entre burguesia e operária. Diante disto,

<sup>618</sup> Bacharelado em Serviço Social pela Faculdade Terra Nordeste e especialização em Gestão Estratégica na Área Social pela Faculdade Educacional da Lapa.

a hipótese é a de que este documento da CV poderá ser um importante subsídio enquanto memória de resistência para estimular os atuais trabalhadores e trabalhadoras a se organizarem em defesa de seus direitos mínimos que estão sendo desmontados.

A pesquisa, portanto, objetiva analisar o trabalho da CV acerca da repressão e luta dos operários no contexto da Ditadura Militar na perspectiva da luta de classe. Por isto utiliza-se de uma abordagem qualitativa, uma vez esta se preocupa com as questões sociais que nascem dentro de uma dinâmica complexa e cheio de desafios. Para analisar o Relatório utilizamos do método histórico-dialético por este corresponder as questões sociais no seu conjunto, as contradições e as mudanças que decorrem na história.

O Trabalho é dividido em três seções: A primeira faz um apanhado histórico da gênese da classe trabalhadora na Inglaterra com a contribuição de Engels(2010) cuja abordagem trata da realidade do operariado no processo do capitalismo industrial sob a ótica da resistência de classe. A segunda seção, com a ajuda de Mattos (2009) elucida elementos fundamentais á formação da classe operária no Brasil. Por fim, na terceira seção, através do método histórico-dialético, é analisado, na perspectiva da luta de classes, alguns pontos do relatório da Comissão da Verdade que dizem respeito à violação dos direitos humanos contra os trabalhadores entre 1946 a 1988.

## **2 A GÊNESE DA CLASSE TRABALHADORA DA INGLATERRA: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE ENGELS**

Diferente do que a história oficial tende a sublinhar, como sendo os acontecimentos, quase sempre, protagonizados por grupos privilegiados, Engels (2010), em sua obra-prima denominada de “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, enaltece a força proletária, contribuído, assim, com as primeiras sementes do que virá a ser chamado de marxismo. Diferente das muitas pesquisas contemporâneas ao Autor, a Obra não aponta o operariado como um grupo sem reação, mas, conforme nos diz Neto ( 2010, p. 31) “Engels foi capaz de apanhar, na situação operária, a dinâmica criativa que, saturando a rebeldia e o protesto operários, põe o proletariado, o trabalhador urbano-industrial, enquanto classe, como sujeito revolucionário, qualificado para promover sua Autoliberação”.

Os avanços técnico-científicos, sob os mandos da burguesia, contribuirá com as desigualdades sociais, favorecendo reações por parte dos explorados tanto do campo quanto da cidade. Engels (2010, p. 47), ao descrever a situação anterior à Revolução Industrial na Inglaterra, coloca que os trabalhadores do campo levavam uma vida simples com uma experiência familiar tradicional. Já da cidade, eram trabalhadores religiosos, não se envolviam

---

em questões políticas, buscavam agradar as elites e eram explorados em sua força de trabalho por uma pequena aristocracia.

Com a chegada da máquina de fiação, o tear mecânico e o motor a vapor há drásticas mudanças nas condições de vida do operariado que se mantinha sem grandes alterações há séculos. Isto vai afetar toda a humanidade, pois começava o chamado capitalismo industrial que passa a utilizar a força operária como um meio de produção acumulativo. Assim, tornaram as pessoas como máquinas produtoras, tirando-lhes o mínimo de autonomia.(ENGELS, 2010, p. 47). Até, mulheres e crianças foram colocadas em condições de trabalho subumano.

As famílias que, antes, sobreviviam com a ajuda da agricultura, passam a contar, tão somente, com um pequeno salário. Daí a necessidade, até, das crianças trabalharem. É neste contexto que se inicia o êxodo rural. Surge nas cidades um aglomerado de pessoas vivendo em condições miseráveis. A situação não demora em piorar quando o trabalho manual é substituído pelo mecânico. Aqui é onde suscita as primeiras revoltas operárias, porque, mesmo havendo um crescimento produtivo, por isto, um aumento da riqueza nacional, além da redução do preço dos produtos, aumentou a pobreza para a maioria e uma maior exploração da força de trabalho. Assim “...O crescimento ainda mais rápido do proletariado, a destruição de toda propriedade e de toda segurança de trabalho para a classe operária, a refração moral, as agitações políticas e todos os fatos que tanto repugnante aos inglês proprietários”. Algo que talvez tenha surpreendido a burguesia é a grande massa de empobrecidos se organizarem por melhores condições de vida. Obviamente, isto não ocorreu de súbito, posto que a consciência política e social tanto do proletariado rural quanto urbano (Estes dois termos são utilizados por Engels) agora tendem a formar um único “exército”, o operariado industrial. Devido à exploração dos capitalistas (ENGELS, 2010, p. 60) forma-se, assim, um permanente embate entre a classe dos pobres e a classe dos ricos.

Embora o proletariado tenha emergido das mazelas deflagradas pelo capitalismo industrial, Engels (2010, p. 63) percebe, oportunamente, evoluir um movimento no meio operário. Isto é considerável, em termos de concepção para a época, posto que outros estudiosos não percebiam a força proletária. É evidente que Ele descreve bem as condições dos operários, mas não como um fim em si mesmo, e sim, como forma de denuncia, acusando a burguesia de cometer “assassinato social” (ENGELS, 2010, p. 149) e, ao mesmo tempo, aponta caminhos de superação: Indica o proletariado como ameaça inevitável a burguesia (ENGELS, 2010, p. 149); afirma que os operários exigem uma educação laica (ENGELS, 2010, p.151); coloca que os trabalhadores não precisam de muito estudo para entender questões políticas e econômicas

capazes de se opor aos ditames dos capitalistas (ENGELS, 2010, p. 153). Até mesmo, diante dos valores morais restritos aos privilégios da burguesia, o operariado reage:

“A posição social incitam-no a imoralidade. Ele é pobre, sua vida não tem atrativos, quase todos os prazeres lhe são negados, os rigores da lei para ele não são nada de terrível; então por que deveria deixar ao rico o gozo de seus bens sem apropriar-se sem uma parte deles? Quais são as razões que o operário tem para não roubar?” (ENGELS, 2010, p. 154).

O crime, numa compreensão para além do comportamento sob o jugo legal e moral, seria, pois, uma prática de resistência frente à negação de todas as formas de humanidade que se possa imaginar. Assim, por exemplo, o roubo não seria uma alternativa ilegal para o proletário, e sim, uma saída diante do desespero à sobrevivência. De outra forma, seria morrer devido a fome ou, mesmo, suicidar-se (ENGELS, 2010, p. 155). É óbvio que estas práticas, sobretudo, decorriam em um primeiro momento no qual, ainda, não havia uma consciência coletiva quanto a luta contra os capitalistas. Ora, até certo ponto os operários se deixaram explorar. Adiante perceberão o quanto são explorados e o que é preciso fazer. É neste processo que os trabalhadores começam a tomar consciência de sua classe, começam a se perceber enquanto força potencial contra as arbitrariedades patronal. Bem não vai demorar para eles cheguem a se reconhecer enquanto potencial de revolução tanto política o quanto social.

Assim, onde se dá maior exploração capitalista nasce uma maior força de resistência: o movimento operário. Isto acontece nas grandes cidades, onde a indústria se assenta com força (ENGELS, 2010, p.161). Também, cabe frisar que brota, neste período, diferentes teorias sociológicas. Diferentes críticos sociais tentam aproximar perspectivas de mudança com a realidade vigente, separando-se dos idealistas utópicos. Junto com Engels, mais adiante, vai aparecer Karl Marx para sistematizar uma nova concepção de socialismo a luz da luta operária que surgia.

### **3 A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL: APONTAMENTOS DO PERCURSO HISTÓRICO**

A classe operária em todos os países não constitui-se como algo pontual, mas como um processo histórico que envolveu diferentes atores e situações. No caso do Brasil, não começou exatamente com os anarcosindicalistas (embora em termos de consolidação isto deve ser considerado), e sim, com trabalhadores escravizados e livres, mesmo, antes da Abolição (MATTOS, 2009, p. 18). No período que antecede o ano de 1888, quando na chegada dos imigrantes europeus, já havia a formação de lutas sociais ligadas a causa operária. Além disto,

antes de terminar o período escravocrata, operários atuavam pela liberdade e ajudando a formação de quilombos (MATTOS, 2009, p. 20). “(...) Os trabalhadores assalariados, que compartilhavam espaços de trabalho e de vida urbana com os escravizados, atuaram coletiva e organizadamente pela sua liberdade era parte do arsenal de valores da nova classe em formação”. (MATTOS, 2009, p. 21).

E importante salientar que embora as lutas deste período estejam relacionadas as questões da escravidão há elementos significados que apontam o caminho da formação vindoura de uma classe trabalhadora. Mattos (2009, p. 28) percebe, ao examinar o movimento dos tipógrafos de 1858, que sua organização de luta contra os patrões eram parecidas as lutas clássicas dos operários da Inglaterra.

De fato, não podemos assinalar a consolidação de uma classe operária a partir da chegada dos imigrantes europeus pós-abolicionismo como algo estanque, mas como um processo cuja identidade de classe se abre também a contribuição de operários do período colonial. É Certo que os anarcosindicalistas deram uma contribuição relevante a consolidação de uma organização operária a partir da formação de sindicatos e que, também, após a década de 20 o Partido Comunista Brasileiro entra em cena.

No tocante a organização sindical, a partir do que já foi exposto, não aconteceu tão rápido. “Foi progressivo e só ganhou maior dimensão após a vaga repressiva de 1935”. Contudo, no que diz respeito a sua oficialização junto ao Estado e, por isto, a sua tutela, deu-se no Governo de Getúlio Vargas, exatamente em 1931, com o Decreto 19.770. Todavia, esta lei não foi acatada de forma passiva por todos. Grupos na vanguarda do movimento operário, como anarquistas, comunistas e trotskistas (MATTOS, 2009, p.13-14) se opuseram aos ditames do Governo.

#### **4 OS OPERÁRIOS E SEU MOVIMENTO NO CONTEXTO DA DITADURA CIVIL-MILITAR: UMA ANÁLISE A PARTIR DA COMISSÃO NACIONAL DE VERDADE**

Em parceria com as centrais sindicais, o Grupo de Trabalho (GT) da Comissão Nacional da Verdade denominado de “Ditadura e Repressão aos Trabalhadores e ao Movimento Sindical” fez uma importante pesquisa de apuração de violações contra os direitos humanos dos operários e seu movimento no contexto ditatorial. O relatório produzido por este Grupo de Trabalho foi colocado no Segundo Volume do Relatório final da CNV, como “Texto 2”, o qual traz o título “Violação de Direitos dos Trabalhadores”. O Material foi sistematizado pelo GT da CNV, sob a responsabilidade de Rosa Maria Cardoso da Cunha e tendo a contribuição de 10 centrais sindicais.

No primeiro item (A) o Texto coloca alguns elementos que construíram o chão do Golpe Militar, apontando, com evidência, interesses antagônicos de classe. Não de balde que o operariado foi o primeiro alvo dos golpistas que se articularam no Brasil (políticos, militares e policiais) juntamente com os Estados Unidos, cuja preocupação, como coloca Correia (2013, p. 9) alude ao seu desenvolvimento na centralidade do progresso capitalista e, também, pelo receio do País tornar-se uma “nova Cuba” ou uma “nova China”. Os demais grupos tinham seus interesses específicos, mas convergiam entre si. Assim, o Golpe de Estado vai ser arquitetado a partir de um projeto político-econômico contraposto aos interesses da classe trabalhadora.

Como nos países de lutas socialistas, no Brasil, o operariado já se assumia enquanto classe, articulando suas forças contra os mandos patronais. Nisto, fica evidente diferentes percepções de organização da sociedade brasileira, as quais construíram-se através de dois principais interesses político-econômicos opostos.

“Estas visões contrapostas projetavam-se na construção de dois blocos fundamentais: o primeiro lutava pelas denominadas reformas de base (agrária, urbana, educacional, eleitoral, administrativa, tributária) e, entre outras questões, pela regulamentação da remessa de lucros ao exterior, pela nacionalização de empresas estrangeiras estratégicas para o desenvolvimento nacional e por conquistas trabalhistas. O segundo bloco organizava-se em torno do projeto de modernização conservadora proposto pela classe empresarial urbana” (BRASIL, 2014, p. 58).

Então, estes conflitos tinham lados: Um dos operários e o outro da burguesia capitalista. Para melhor explicitar o segundo item (B) do Texto da CNV (2014, p. 62) descreve de forma sucinta os principais grupos nacionais com seus interesses à construção do Golpe Civil-militar. Primeiramente, a burguesia da cidade encontrou uma oportunidade de fortalecimento do capital interno associado ao externo. Já as elites ligadas ao meio rural que perseguiram e massacraram os trabalhadores do campo queriam garantir que não houvesse alguma reforma rural, como idealizava o governo de Jango, e que alguns direitos exigidos pelos trabalhadores não pudessem ser efetivados. Por fim, os militares tinham interesses corporativistas. Dentre os quais era a promoção de atividades de guerra. Também “pretendiam situar-se como um Quarto Poder no âmbito da República e desejavam desenvolver uma hegemonia militar no hemisfério sul, fundada em seu alinhamento ao poderio econômico-militar norte-americano” (BRASIL, 2014, p. 62). Então, esta aliança civil-militar serviu para alavancar o Golpe, embora cada grupo das elites tivesse um interesse específico, como já dito. Esta questão deve ser bem pautada nas análises, porque tem-se escondido a responsabilidade das elites civis e estadunidense acerca das decisões e manutenção do Regime instalado.

No item C, que tem como título “O impacto da ditadura de 1964 nas fábricas: a instituição de um novo regime fabril”. (p. 63-65) descreve alguns elementos interessantes, dentre os quais podemos destacar que a intervenção do Estado nas fábricas, juntamente com o empresariado, foi à tática mais eficiente para conter, evitar e punir os “subversivos” em todos os aspectos de modo a evitar qualquer forma de luta em vista da defesa de direitos. Isto se dava, sobretudo, através de vigilância e intervenção por órgãos do Governo e com o financiamento “gordo” ofertado pelo setor privado (ASI, DOI-CODI, DOPS, OBAN). Conseqüentemente, tal relação implicava numa acumulação do capital.

O Texto todo se apresenta como uma chave dialética histórica à compreensão da situação no qual passava a sociedade brasileira sob os mandos das elites. Alguns pontos enfatizam bem esta questão, como o que é expresso na seguinte Citação:

“A partir do golpe de 1964, estabelecer-se-á uma nova articulação entre a violência típica do sistema capitalista contra os trabalhadores das cidades e a violência estatal, governamental ou a ela adstrita, praticada em larga escala ou sistematicamente, animada por facciosismo político ou ideológico, no âmbito de um ataque contra um segmento da população, como aconteceu no golpe e em nossa última ditadura.” (BRASIL, p. 64).

Aqui, fazemos uma ponte entre o que apontou o referencial teórico de nossa Pesquisa ao tratar das mazelas trazidas pelo capitalismo industrial, como as diferentes formas de perseguições contra os trabalhadores, o que demonstra uma repetição/continuação histórica, embora em outros moldes. Neste sentido, é bom salientar que as violências, contrário ao que muito tem se reproduzido, não se detém, tão somente, nos atos contra indivíduos, mas, sobretudo, contra as organizações e o desmonte de direitos políticos, sociais e civis. Esta é uma das razões de terem as elites se juntado para implementar o Golpe através de uma articulação entre o público e privado.

O Item D coloca bem esta questão com o título “Tipologia da violência e repressão contra os trabalhadores praticadas mediante a articulação público-privada”. Estes dois seguimentos possibilitou um rígido controle junto aos trabalhadores de modo que envolvia uma rede estruturada de pessoas apoiadoras do Golpe em todos os espaços ocupacionais nas fábricas, como em outros ambientes. Por exemplo, o denominado Centro Comunitário de Segurança (CECOSE), atuava no compartilhamento de informações acerca dos trabalhadores (BRASIL, p. 67). Este Centro era formado por pessoas ligadas a segurança de 25 empresas do Brasil e estrangeiras juntamente com membros do Exército, da Aeronáutica, da polícia Federal, civil e militar, as quais buscavam “rastrear” elementos contrários a ordem desde a entrada de pessoas

nas empresas. Empresas como Volkswagen, Engesa, DF Vasconcellos e Ford do Ipiranga mantinha algum envolvimento com os esquemas militares. Assim, “Cumpru-se, enfim, a meta socioeconômica mais importante da ditadura militar: destruir o lastro efetivamente popular do regime anterior” (BRASIL, p. 68-69).

No Item E há questões alusivas as arbitrariedades dos ditadores quanto “A legislação que viabilizou a superexploração do trabalho e a prática de graves violações de direitos humanos”. O controle estatal sobre as organizações operárias que já existiam antes de 1964 fora reforçada de modo que dificultasse a organização subversiva. A lei 4.330, praticamente proibia o direito de greve dos trabalhadores. Criou-se uma “pesada” burocracia para desorganizar os sindicatos. Além das intervenções junto aos sindicais, a redução salarial dificultava a filiação das categorias trabalhadoras em seus sindicatos e acordos com as empresas. Para piorar, em 1966 foi estabelecido o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) com a Lei 5.107, cujo intuito era flexibilizar, segundo a lógica internacional, os trabalhos para fins de acumulação do capital. Por fim, também, a substituição do Institutos de Aposentadorias e pensões pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) significou mais perda da autonomia dos trabalhadores.

No item F há apontamento de alguns tipos de violências. No texto há reconhecimento dos limites no tocante ao levantamento de dados, posto que não há “memória, registro ou técnica” para uma reconstrução mais completa. Este reconhecimento evidencia que entramos em terreno que muito ainda a ser explorado. De qualquer forma, as violações expostas no Relatório no tocante ao operariado é salutar do ponto de vista da recuperação da memória e da verdade.

“Em nosso país, no período focalizado, e tendo os trabalhadores como vítimas, são inumeráveis as formas como se deram a prisão ilegal e arbitrária, a tortura, as execuções, os assassinatos, os massacres, os desaparecimentos forçados, as ocultações de cadáveres, as violações sexuais de trabalhadores. Associamos a algumas personagens, imagens do desrespeito havido por meio desses atos à condição humana. Contudo, nunca é possível dizer que nossos retratos fixam o paroxismo da violência”(BRASIL, 2014, p. 71).

É certo que se propugnou uma ofensiva das mais diferentes formas arbitradas contra o operariado desde as perseguições no cotidiano à participação em espaços mais coletivamente estruturados. Prisões não só individuais, mas também coletivas e massivas de se deram várias vezes. Acerca dos tipos de torturas são os mais incontáveis. O Texto coloca alguns, mas parecer ter a preocupação de, mais do que descrever e numerar, indicar chaves de pesquisa para a busca de algo mais profundo.

Várias questões foram erguidas pelo Relatório da Comissão Nacional da Verdade. De fato, não seria possível explanar com maior abrangência devido em tão pouco espaço, mas as poucas páginas apresentam um conteúdo ímpar no que tange a leitura de um período atroz em que vivemos. Algumas afirmações foram postas: O Golpe de 68 colocou o operariado como seu principal foco de repressão, o qual, por isto, tivera como o maior número de pessoas vítimas. O controle se deu, também, dentro das instituições febris e em outros espaços. Também, a relação Estado-privado reforçou o poder ditatorial contra os trabalhadores. Por fim, a perca de direitos trabalhistas decorreu das arbitrariedades.

## 5 METODOLOGIA

A pesquisa, de abordagem qualitativa, tende a preocupar-se com as questões sociais, cuja dinâmica é complexa e desafiadora, pois está condicionada ao processo histórico. Minayo (2002, p. 21) esclarece que este tipo de pesquisa “trabalha com o universo dos significados, motivações, aspirações, crenças”. Estes elementos se reproduzem e se materializam nas mais diferentes construções do saber/fazer científico. No caso das fontes bibliográficas, eles nascem com determinações do meio social. Assim, destas, apreender elementos de análise para um determinado fim científico é possível técnica e cientificamente.

É evidente que frente ao grande contingente de trabalho já produzido no tocante a nossa pesquisa, faz-se necessário delimitar o conteúdo a ser tratado de modo que não atrofie a proposta da pesquisa. Contudo, o material bem bibliográfico utilizado e limitado, mas é de grande significado pela sua contribuição dada a outras pesquisas. Vale assinalar que no tocante ao trabalho da Comissão Nacional da Verdade, embora com pouco tempo de existência, já dava para se ter um maior quantitativo de produção acadêmica, por considerarmos a relevância do tema é sua atualidade.

O caminho bibliográfico que seguimos, possibilitou chegarmos a um resultado eficiência para uma análise precisa. A obra de Engels é cabível para o começo do nosso caminho, posto que ele é o primeiro a descrever a situação do operariado logo no período de efervescência do capitalismo industrial na perspectiva do próprio operariado. Depois disto, seguimos pelo trabalho de Mattos.

Ao utilizarmos do método histórica-dialético para analisarmos o relatório da CNV temos clareza de que um texto nasce dentro de um processo histórico, seu conteúdo reflete, portanto, uma realidade. Assim, a dialética materialista nos ajuda a desvelar os interesses contrapostos, as ações arquitetadas quer seja individuais quer seja coletivas.

Pelo fato do Texto ter sido sistematizado por pessoas “gabaritadas” em torno do tema, ter a contribuição de grupos e pessoas afetadas e que, por isto, reflete uma realidade, em nossa análise, a preocupação foi extrair, sem trair o relatório, elementos como dados fundamentais ao problema da pesquisa. Por isto o método histórica-dialético é imprescindível, posto que como nos diz Lakatos (2003, p. 100) ele considera que todas as coisas estão inter-relacionadas, tudo se transforma e, também, se contradiz.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tratou em analisar o relatório da Comissão Nacional da Verdade no que tange a violação de direitos por parte do Estado contra a classe operária. Antes, buscou base em elementos bibliográficos acerca da história da formação da classe operária na Inglaterra e no Brasil. A primeira escolhida por ter sido berço do operariado no mundo e a segunda por dizer respeito ao que vai se constituir como classe de luta no contexto da Ditadura Militar.

Foi possível, apreendendo elementos do Texto da CV, através do método histórica-dialético, analisar pontos que possibilitaram a uma leitura mais ampla do que significou a repressão contra os trabalhadores na perspectiva da luta de classe. É evidente que o trabalho da CV não encerra a busca de elementos da história ainda velados, mas representa um grande avanço, primeiramente, porque recupera elementos antes escondido sobre a repressão militar, segundo é o Estado que reconhece as arbitrariedades e terceiro, por fim, abre precedentes para novas descobertas. Assim, o trabalho recupera a memória e a verdade que ocorreu entre os anos de 1945 a 1986 acerca da violação dos direitos humanos contra os trabalhadores. Tão logo se faz necessário como subsídio para orientar e incentivar os atuais trabalhadores e suas organizações que continuam a lutar para efetivar direitos básicos como para impedir que os mínimos já conquistados não venham a ser desmontados como é o que está ocorrendo com a proposta da Reforma trabalhista no atual Governo.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Violência de Direitos Humanos dos Trabalhadores / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. 1996 p.

CORREA, Larissa Rosa. *Disseram que voltei americanizado: relações sindicais Brasil e Estados Unidos durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1978)*. 2013. Tese (Doutorado em História) –IFCH/Universidade de Campinas, Campinas, 2013.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* / Friederich Engels; tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. – [Edição revista]. – São Paulo: Boitempo, 2010. 388p.: il. –(Mundo do trabalho; Coleção Marx-Engels)

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003

MATOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular Ltda. 2009. 152 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 80 p.

NETO, José Paulo. Apresentação. ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* / Friederich Engels; tradução B. A. Schumann; supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. – [Edição revista]. – São Paulo: Boitempo, 2010. 388p.: il. –(Mundo do trabalho; Coleção Marx-Engels).